

## VIOLÊNCIAS VIVIDAS POR PESSOAS TRANS\* NA UNIVERSIDADE

## VIOLENCE EXPERIENCED BY TRANS\* PEOPLE AT UNIVERSITY

## VIOLENCIAS VIVIDAS POR PERSONAS TRANS\* EN LA UNIVERSIDAD

Cibelle Cristina Lopes e Silva<sup>1</sup>  
Roney Polato de Castro<sup>2</sup>

### Resumo

O artigo apresenta parte das análises elaboradas em uma tese de doutorado em educação, com foco nas vivências de estudantes trans\* na Universidade Federal do Maranhão (UFMA – Brasil). Reunindo estudos e pesquisas de pesquisadoras trans\*, além de pesquisadoras e pesquisadores dos estudos de gênero e sexualidade, o texto tem como objetivo discutir a presença da violência nas narrativas de estudantes que participaram da pesquisa, tendo como mote a questão do reconhecimento do uso do nome social como estratégia política da universidade para inclusão e permanência de pessoas trans\*. As análises buscam visibilizar, por meio de entrevistas narrativas, os episódios de violência, bem como os percursos de luta e as estratégias de resistência elaboradas por três estudantes trans\*. A partir de suas narrativas, as estudantes reivindicam uma universidade que acolha, respeite, valorize – e elas contribuem para isso –, mas, sobretudo, que busque a garantia dos direitos das pessoas trans\* e que não favoreça o aprofundamento das desigualdades vividas.

**Palavras-chave:** Estudantes trans\*; Universidade; Nome social; Violência.

### Abstract

This article presents part of the analyses developed in a doctoral thesis in education, focusing on the experiences of trans\* students at the Federal University of Maranhão (UFMA - Brazil). Bringing together studies and research by trans\* researchers, as well as researchers in gender and sexuality studies, the text aims to discuss the presence of violence in the narratives of students who participated in the research, with the theme of recognizing the use of the social name as a political strategy of the university for the inclusion and permanence of trans\* people. The analyses seek to make visible, through narrative interviews, the episodes of violence, as well as the paths of struggle and resistance strategies developed by three trans\* students. Based on their narratives, the students demand a university that welcomes, respects, values – and they contribute to this – but, above all, that seeks to guarantee the rights of trans\* people and that does not favor the deepening of the inequalities they experience.

**Keywords:** Trans\* students; University; Social name; Violence.

### Resumen

El artículo presenta parte de los análisis elaborados en una tesis doctoral en educación, centrándose en las experiencias de estudiantes trans\* de la Universidad Federal de Maranhão (UFMA - Brasil). Reuniendo estudios e investigaciones de investigadores trans\*, así como de investigadores de \* estudia género y sexualidad, el texto

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Professora do Departamento de Educação da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2248-3982>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3722195068539428>. E-mail: [cibelleufma@gmail.com](mailto:cibelleufma@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutor em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Professor da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação da pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6385-9096>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8537816801948657>. E-mail: [roney.polato@ufjf.br](mailto:roney.polato@ufjf.br)



tiene como objetivo discutir la presencia de la violencia en las narrativas de los estudiantes que participaron de la investigación, teniendo como lema el tema de reconocer el uso del nombre social como estrategia política de la universidad para la inclusión. y permanencia de las personas trans\* buscan los análisis. visibilizar, a través de entrevistas narrativas, episodios de violencia, así como los caminos de lucha y estrategias de resistencia desarrollados por tres estudiantes trans\* a partir de sus narrativas, los estudiantes demandan una universidad que los acoja, los respete, los valore. contribuya a ello –pero, sobre todo, que busque garantizar los derechos de las personas trans\* y que no favorezca la profundización de las desigualdades vividas.

**Palabras clave:** Estudiantes trans\*; Universidad; Nombre social; Violencia.

## Introdução

Tomando o pressuposto de que a pesquisa é uma investigação interessada, construída por sujeitos que transformam questões das subjetividades e da vida social em inquietações que contribuir para constituir um “corpo pesquisador”, o presente texto reverbera as análises empreendidas em uma tese de doutorado em educação (Silva, 2023) cujo foco se estabeleceu nas vivências de estudantes trans\*<sup>3</sup> na Universidade Federal do Maranhão (UFMA). A referida tese foi produzida a partir da intensidade da experiência docente de uma professora dessa instituição na composição com estudantes trans\* que passaram pela universidade e que produziram experiência com a professora e com a UFMA, na acepção que tomamos de empréstimo de Larrosa (2014): experiência que perpassa, atravessa e afeta um sujeito de experiência, um sujeito passional que padece do acontecimento da experiência. Algo que, em sua intensidade, solicita pausas, paradas, lentidão, ir mais devagar, para que o vivido transforme o sujeito. Assim, há, em nossa concepção, uma relação de mútua constituição entre experiência e pesquisa.

As inquietações da referida professora foram provocadas pelas manifestações de discentes em suas aulas ao inserir discussões sobre gêneros e sexualidades na disciplina de Didática, ministrada por ela em cursos de licenciatura da UFMA. Entre as manifestações, as narrativas de violências e preconceitos vivenciados pela convivência e interações com gêneros e sexualidades divergentes dos princípios cis-heteronormativos desestabilizavam o seu lugar de professora e seguiam com ela para outros momentos, outros espaços. Um dos episódios narrados na tese da qual se desdobram as discussões aqui apresentadas pode demonstrar a

---

<sup>3</sup>A utilização da expressão trans\*, com asterisco, para nos referirmos às pessoas travestis, transexuais e/ou transgêneros inspira-se na discussão proposta por Nascimento (2021), ao destacar o termo como um conceito polivalente que engloba, de modo mais geral, as identidades não cisgênero.

intensidade desse encontro de experiências. Uma jovem discente, transitando pelos processos de identificação com gêneros e sexualidades, reconhecendo-se, até então, como mulher cisgênero lésbica, solicita informação da professora sobre possíveis serviços da UFMA na orientação de pessoas em transição de identidade de gênero. Em seu relato, ela mencionou que havia lido sobre identidades trans\* na internet e que suspeitava de que se reconhecia mais como homem trans\* do que como mulher cisgênero lésbica.

A professora, ao estabelecer o diálogo com a estudante, foi atravessada pela narrativa da história de vida desta, marcada por questionamentos e negações de si mesma, processos vivenciados desde a infância. A narrativa, marcada por abraço e choro, continha uma história que incluía constantes agressões físicas e verbais, cometidas por seu pai, quando vestia as roupas do irmão ou quando estava na rua participando de “brincadeiras de meninos”. Outro ponto marcante de sua fala dizia da violência simbólica sofrida no interior da universidade: ataques homofóbicos de companheiros/as de turma, olhares arredios pelos corredores, brincadeiras ofensivas e até perseguição por parte de alguns/algumas docentes. Tudo parecia estar relacionado a seu processo de construção de uma “nova” identidade de gênero. Ela se perguntava e perguntava à professora: “Por que um corpo diferente incomoda tanto?” Por sua vez, a professora se questionava: “Por que uma identidade de gênero, diferente daquela que fora atribuída a um sujeito ao nascer, é alvo de tantas críticas, ataques, julgamentos? Por que não existe um movimento de entendimento do processo, de informação, de problematização de algo que está fora de um determinado padrão? Qual o lugar desse movimento dentro de uma universidade federal?”

Não é incomum tratar de violências quando nos referimos às experiências de pessoas trans\* nos mais variados âmbitos da sociedade, o que inclui, de muitos modos, as instituições educacionais. Embora saibamos que não podemos reduzir as experiências dessas pessoas às violências vividas/sofridas, destacamos esse aspecto, não apenas como denúncia dos modos de desumanização produzidos pela sociedade e difundidos na cultura, mas também como anúncio das estratégias de resistência (Foucault, 2010; Foucault, 2015) que essas pessoas constroem, singular e coletivamente, para enfrentar e desmobilizar as práticas de violências. No caso das análises aqui reunidas, estamos nos concentrando nessas vivências de modo mais focado na

UFMA, que é a instituição educacional na qual a professora exerce sua docência e onde os atravessamentos e as afetações pelas estudantes trans\* vêm acontecendo.

Para problematizar as vivências trans\* na UFMA, a metodologia foi pensada como processo implicado de investigação construído paulatinamente, de acordo com as questões emergentes relativas à problemática da pesquisa, aos sujeitos que compõem conosco esse processo e às provisoriedades e contingências inerentes aos contextos de interação com essas pessoas. Assim, a metodologia constitui “um certo modo de perguntar, de interrogar, de formular questões e de construir problemas de pesquisa”, conduzido pelas teorizações às quais nos filiamos, desdobrando-se em procedimentos de produção de dados e estratégias de análise (Meyer & Paraíso, 2014, p. 18).

Considerando tal perspectiva, foi adotada a entrevista narrativa<sup>4</sup> como estratégia metodológica (Jovchelovitch & Bauer, 2002), possibilitando um percurso de produção narrativa em que cada participante, interpelado/a pela pesquisadora, reconstruiu sua trajetória pessoal até o Ensino Superior e suas vivências no âmbito da universidade, atravessadas pelos movimentos de construção de suas identidades de gênero. Valorizamos, assim, os sentidos atribuídos aos acontecimentos cotidianos, às peculiaridades da construção das memórias, às redes de acolhimento, às estratégias de resistência diante das adversidades, aos movimentos possíveis de luta no enfrentamento dos padrões cis-heteronormativos e às violências deles decorrentes, tendo como foco a universidade.

Há um aspecto importante a ressaltar em relação ao percurso metodológico e que diz respeito, diretamente, à discussão que estamos propondo nas seções posteriores deste artigo. Trata-se da possibilidade dada a cada um/a dos/as participantes de escolher se gostaria que fosse utilizado pseudônimo para referir-nos a ele/a na escrita da tese ou se gostaria que seu nome social se mantivesse. Esse aspecto diz sobre a importância política do nome para a existência, para o reconhecimento e para os processos de identificação de pessoas trans\*, ou seja, acompanhamos em nossos estudos e na convivência com essas pessoas as demandas e a luta pelo reconhecimento de seus nomes em diferentes espaços sociais, como discutiremos à diante,

---

<sup>4</sup> Ressaltamos que as entrevistas narrativas, planejadas para ocorrer de modo presencial, foram redimensionadas para o modo *on-line*, devido à pandemia da covid-19, que afetou o Brasil a partir de março de 2020, obrigando-nos ao isolamento social.

tendo a visibilidade social, portanto, um papel crucial para quaisquer perspectivas de inclusão social e dignidade a que nos referirmos.

Tal estratégia foi adotada a partir do consentimento dos/as participantes, formalizado pela assinatura de Termo de Consentimento de utilização de nome social. Destacamos, também, que a construção da pesquisa e o planejamento metodológico considerou a preocupação em estabelecer uma comunicação não violenta, não constrangedora, a partir da qual cada participante pudesse contar com uma escuta investigativa sensível e acolhedora.

A discussão que trazemos neste artigo foi selecionada a partir de um conjunto analítico mais amplo, que considerou múltiplos aspectos das relações com as vivências das pessoas participantes. Assim, nas próximas seções, pretendemos apresentar análises que perpassam as violências vividas em relação ao reconhecimento e uso do nome social dos/as estudantes trans\*, considerando que as narrativas compuseram uma história marcada por ações singulares e coletivas que exigiram movimentos complexos de construção de sentidos e memórias, os quais não poderiam ser cerceados.

### **Pessoas trans\* e a lógica cis-heteronormativa como produtora de violências**

No ano de 2018, uma pesquisa<sup>5</sup> da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) apontou que somente 0,1% representava as matrículas de pessoas trans\* nesse segmento educacional no Brasil. Esses dados dizem sobre os modos como as pessoas trans\* são vinculadas a uma engenharia cisgênero que as limita na garantia do direito à educação (entre outros) e reproduz uma estrutura na qual somente certos modelos de homens e mulheres seriam enquadrados/as como inteligíveis (Butler, 2003) e, portanto, teriam suas existências reconhecidas plenamente. Rosa (2020) destaca que, se considerarmos os lugares historicamente construídos nos contextos sociais onde as pessoas trans\* vêm sendo alocadas, encontramos um cenário materializado por arbitrariedades cotidianas legitimadas por organizações do Estado que se configuram como um projeto de violência explícita contra essas

---

<sup>5</sup> Os dados da pesquisa podem ser consultados no seguinte endereço *on-line*: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>.

pessoas, desde a precariedade no acesso aos direitos básicos até os crimes de ódio relacionados aos seus processos de identificação de gênero.

Oliveira (2020) aponta, em sua pesquisa, que os/as estudantes que colaboraram para a sua investigação indicaram o espaço universitário como uma possibilidade de existir, resultando em outras existências que, mesmo submetidas à transfobia estrutural, mobilizam condições de permanência e construção de uma nova história, de modo a produzir ambientes universitários mais acolhedores e plurais. Há um destaque para o uso do nome social como elemento acionado como importante para a permanência na universidade e conclusão do curso superior, uma vez que ele se constitui como ferramenta institucional de reconhecimento da identidade de gênero das pessoas trans\*, em uma perspectiva não biologizante.

Santos (2017) discute a inserção e a permanência de estudantes trans\* nas universidades tendo como questões centrais o respeito às identidades de gênero, a possibilidade de uso do nome social, além das dificuldades enfrentadas pelas pessoas trans\* no uso do banheiro segundo o gênero com o qual se reconhecem. Este último, de acordo com a autora, conduz as pessoas trans\* a adotarem estratégias específicas para tornar o banheiro um lugar seguro, como chamar amigos/as para acompanhá-las e para zelar por sua integridade, pois já haviam sofrido violências e olhares proibitivos nesse espaço. Percebe-se, assim, que, embora os banheiros estejam demarcados de forma binária pelos “sexos” “feminino” e “masculino”, essa demarcação não parece se efetivar quando se trata das pessoas trans\*. Isso nos leva a problematizar que a universidade se organiza sob os desígnios da concepção cis-heteronormativa de mundo que atrela a identidade de gênero ao sexo biológico, não reconhecendo os processos sociais, históricos e culturais presentes nessas construções.

No presente artigo, o termo pessoas trans\* (transgênero) refere-se a sujeitos que não se identificam com o gênero que lhes foi atribuído/imputado ao nascer ou a nenhum dos dois gêneros “inteligíveis” (homem/mulher) (Butler, 2003) e que tenham ainda reivindicações específicas, como a despatologização de suas existências, a reivindicação de políticas que permitam o amplo acesso a serviços de saúde e a direitos sociais sem sofrer qualquer forma de preconceito pelos/as profissionais ou pela sociedade. O uso do nome social ou a retificação do nome civil condizente com sua identificação de gênero podem ser uma dessas demandas, pois representam respeito aos direitos humanos dessas pessoas, interferindo nos processos de

identificação e nos modos como pessoas se definem e se reconhecem como trans\* (Nascimento, 2021).

Cumpre-nos, ainda, na relação com nosso entendimento sobre a denominação pessoas trans\*, acionar alguns dos sentidos que vêm sendo debatidos sobre o termo pessoas cis (cisgênero). Segundo Vergueiro (2016), a cisgeneridade pode ser definida como a norma que produz expectativas sobre os corpos em consonância com os órgãos genitais, o que nos permite pensar nas formas pelas quais as identidades trans\* são patologizadas e subalternizadas, tendo como princípio as regras definidas pela cis-heteronormatividade.

Perceber o conceito de cisgeneridade entendido como norma pode servir de apoio para compreender as formas de violências sofridas pelos sujeitos trans\* nos diferentes espaços sociais. “Pensar a cisgeneridade, pensar as identidades de gênero naturalizadas – ao ponto de sequer serem nomeadas –, é pensar sobre que tipo de atribuições culturais de gênero entram em diálogos (frequentemente violentos e normatizantes) com os corpos e existências humanas” (Vergueiro, 2016, p. 60). É com essa perspectiva que acionamos o conceito de cis-heteronormatividade, tratando de um sistema sociocultural compulsório que regula e controla as identidades, expressões, práticas e vivências de gênero e sexualidade, estabelecendo como referência normativa a cisgeneridade associada à heterossexualidade como modelo político a partir do qual todas as pessoas deverão construir e guiar sua existência. Tal sistema investe na naturalização de gêneros inteligíveis a partir da coerência e na causalidade entre sexo (biológico) e gênero e na exigência de uma heterossexualidade estável e oposicional, ou seja, uma forma de desejo que reflete e exprime o gênero e vice-versa (Butler, 2003).

Quando abordamos as violências contra pessoas trans\* na universidade, remetemo-nos ao sistema cis-heteronormativo não apenas como produtor, mas também como responsável pela manutenção da transfobia, entendida como um conjunto heterogêneo de comportamentos negativos e violências, envolvendo ódio, repulsa, raiva, indignação, abrangendo desde insultos verbais, violência moral e simbólica até agressões físicas e assassinatos especificamente de pessoas trans\*, como argumenta Podestà (2019).

O conceito de transfobia, ligado à história dos movimentos sociais e ao ativismo acadêmico, auxilia-nos a pensar violências específicas contra essas pessoas, tendo como motivação central a transgressão representada pela transição de gênero e, portanto, a violação

das normas de gênero (Podestà, 2019). Um dos elementos dessa violência, como discutiremos nas próximas seções, é o impedimento direto ou a ausência de políticas e práticas que garantem o uso do nome social pelas pessoas trans\*.

### **Do “nome de guerra” ao nome social: entre disputas e negociações**

Iniciamos esta seção com a narrativa da professora sobre o encontro com um estudante na universidade, algo que consideramos fundamental para pensar a experiência que atravessa e constitui a pesquisadora, inquietando-a ao afetar-se pelos encontros que o contexto universitário pode produzir. Não era o primeiro encontro. Tratava-se de um estudante que já havia “atravessado” a subjetividade da professora em outra ocasião, quando colocou em questão as preocupações que o assolavam e como a universidade poderia ajudar a dissipá-las. Em uma das aulas, a professora precisou chamá-lo, disse o seu nome em voz alta, o seu nome social. “*Professora, que susto!*”, ele disse. Indagado sobre o motivo do susto, ele respondeu que ainda não tinha se acostumado a ser chamado por seu nome social, que muitas pessoas, mesmo na universidade, ainda o chamavam por seu nome civil. Ser reconhecido daquele modo ainda era uma novidade (Silva, 2023). Acionamos esse breve, embora significativo, relato para discutir a questão do nome como uma política de in/existência e de reconhecimento que pode violentar estudantes trans\* e que tem importante papel como uma política de acesso e de permanência nas instituições educativas.

Ter um nome, ser chamado/a e reconhecido/a por um nome: a princípio, podemos dizer que se trata de um direito de qualquer cidadão/cidadã. Porém, na ocasião narrada pela professora, ter um nome parecia ser um privilégio de certo grupo social, um direito precarizado, negado a alguns grupos. O reconhecimento e o respeito à identidade de gênero, expressos pela política do nome social, são frequentemente destacados nas pesquisas como uma das formas de garantir a permanência das pessoas trans\* na universidade. Tal política, tida como a mais concreta e comum entre as universidades investigadas em diversos campos, como na educação, na psicologia, no serviço social, entre outros, foi se constituindo historicamente como demanda urgente, tendo em vista a necessidade de reparar os incômodos com a identificação civil vividos frequentemente por pessoas trans\*, considerando a cultura binária que organiza os processos de identificação por gênero, responsáveis pela transfobia que violenta, constrange, humilha.



Ao considerarmos o princípio da autodeclaração do gênero, por meio do qual uma pessoa trans\* escolhe um nome social, ela diz ao outro como gostaria de ser identificada e reconhecida socialmente. A identidade de gênero é perpassada por essa escolha nominal, uma vez que a autodeclaração confere ao sujeito a definição dessa identidade, ao mesmo tempo que a torna pública e orienta as outras pessoas sobre a forma como esse sujeito deve ser tratado. É uma questão de existência.

De acordo com Preciado (2014), a ação de nomear e de reconhecer uma pessoa a partir de um nome indica práticas discursivas que podem visibilizar politicamente essa pessoa ou também silenciá-la, condenando-a a uma existência precária. Segundo o autor, o nome trans\* opera mecanismos de transgressão da cis-heteronormatividade, portanto, constituindo-se como prática de resistência política. Há que se pensar, no entanto, se basta apenas ter o nome social reconhecido para ter a identidade de gênero também reconhecida e respeitada e para existir socialmente e institucionalmente.

Algumas das narrativas de estudantes que contribuíram para a construção da pesquisa, cujas análises apresentamos neste artigo, fazem pensar que a política do nome social na universidade é disputada, por vezes conflituosa, exigindo acordos e alianças. Catarina, que iniciou seus estudos na universidade apresentando-se como uma mulher trans\*/travesti, narra situações consideradas positivas, mas também ressalvas quanto à sua experiência com o nome social, como, por exemplo, os momentos em que realizou os estágios curriculares:

[...] era uma escola bem equipada, tinha seleção e eu sempre fui bem tratada nos dois espaços [...] os dois lugares respeitavam meu nome social na época porque eu ainda não tinha o nome retificado, eram todos masculinos nos documentos. Aí eu conversei com a direção das duas instituições e eles... em outros documentos públicos, saía meu nome social (Catarina, travesti, 2020).

Levei os documentos e ela [a diretora da escola] nunca me tratou por outro nome, ela sempre, e os professores da escola... as pessoas sempre me trataram no feminino e o nome Catarina. E, tipo assim, isso me salta aos olhos pelo fato de isso não ser uma instituição pública e eles não terem nenhum tipo de resolução ou de portaria que regulasse o uso do meu nome social e... esse respeito em relação a isso, e ela poderia muito bem querer me contratar e dizer assim: “Não, eu vou te chamar pelo nome civil, assim... pelas vias legais”. E foi o que me impressionou muito (Catarina, travesti, 2020).

Como no caso do estudante que, ao ser chamado pelo nome social em sala de aula, assustou-se e se surpreendeu, Catarina nos apresenta escolas que, surpreendentemente, tiveram cuidado e respeito com seu nome social e, por conseguinte, com sua identidade de gênero. Não tratar por outro nome (o “nome morto”), tratar no feminino, sem que haja a “força” de alguma legislação vigente, possibilita tomar esses espaços escolares como respeitosos e inclusivos, espaços em que aquele direito fundamental ao nome pode ser garantido. Assim, tal postura é condição para que uma atividade tão importante na formação de uma profissional da educação – o estágio curricular – possa ser experienciada sem que violências sejam praticadas. Catarina cita a questão da retificação do nome civil como uma possibilidade e como um direito que ainda não tinha sido procurado até aquele momento, ou seja, a garantia do nome social é, para muitas pessoas trans\*, um primeiro movimento de autoafirmação e de autorreconhecimento.

Em se tratando da universidade como espaço disputado e negociado, alianças foram se produzindo para afirmar a presença de Catarina, como no caso dos/as colegas de turma e de alguns/algumas professores/as. Entretanto, como ela mesma narra, “[...] *tive alguns episódios de alguns professores que ficavam tipo assim: ‘Ah, tanto faz’*. E às vezes chamavam pelo nome civil e esquecia o nome social”. Um episódio narrado por Catarina é marcante quando se trata de pensar na violência que constrange, que limita as relações no espaço acadêmico e desqualifica estudantes trans\* na universidade. Amparado pela perspectiva do determinismo biológico de gênero, um professor se recusava a chamar a estudante pelo nome social, protagonizando cenas de transfobia:

[...] ele disse que não ia chamar meu nome social, que ele não ia ficar usando nome de guerra na sala dele [...] passou uns dias e eu fiquei vendo que documentos eu ia ter que levar pro departamento dele, e aí saiu a resolução. A Dilma assinou a resolução, e aí eu imprimi a resolução e mais vários documentos... municipal, estadual, e que aquilo ali era um direito que já tinha jurisprudência e que eu poderia ir na defensoria pública, e eu já tinha uma interlocução muito grande com a defensoria pública por conta da mudança do meu nome que tava no processo. E aí, tipo assim, por ameaça, por ameaças legais, eu consegui que ele se retratasse e que ele começasse a me chamar pelo meu nome social (Catarina, travesti, 2020).

Catarina expõe um episódio de violência transfóbica que não é incomum na relação entre pessoas trans\* e diversas instituições sociais. O professor, ao designar o nome social como “nome de guerra”, busca desqualificar esse direito e constranger a estudante, associando-a às

profissionais do sexo. Um modo de violentar que se vale da relação assimétrica de poder entre docente e discente para reiterar um posicionamento essencialista e desumanizador. Catarina resiste, aciona a legislação vigente, mobiliza argumentos fundamentados e confronta o professor. Novamente a questão do direito entra em jogo: o que deveria ser garantido a qualquer pessoa passa a ter que ser reivindicado, passa a ser objeto de disputa. Ao contrário do que ocorreu nas escolas que optaram por estabelecer uma relação respeitosa e de acolhimento, independentemente da legislação. Catarina demonstra conhecer esses trâmites e os modos de operá-los. É demandado que as pessoas trans\* mobilizem saberes que possam protegê-las das violências, que construam estratégias de defesa, de negociação. Torna-se uma condição para uma vida digna e para a sobrevivência em uma sociedade que atua, sistematicamente, para desumanizá-las e torná-las abjetas.

A partir das narrativas aqui reunidas, entendemos a universidade como um espaço organizado por uma determinada ordem normativa em conformidade com a matriz da inteligibilidade de gênero. A não conformidade entre gênero, sexo e desejo parece localizar as pessoas trans\* como seres abjetos, em um lugar que prova vergonha e medo trazidos com sua presença e o desconforto com as normas de gênero que organizam as subjetividades a partir da cis-heteronormatividade. Desse modo, corpo, gênero e sexualidade podem ser pensados como criações sociais envolvidas por redes de poder que, cultural e historicamente, vêm construindo discursos que regulam e legitimam saberes e verdades que naturalizam e reiteram certas identidades como normais e desejáveis (Silva, 2023).

### **Construir uma política: “pensar no coletivo antes de pensar em si”**

Outra estudante que participou da construção da pesquisa operou com estratégias de alianças e articulou enunciados jurídicos para garantir que o direito ao seu nome social fosse respeitado na universidade. Quando Júlia iniciou a vida acadêmica, ainda não existia a resolução do nome social na UFMA, o que a impedia de usufruir de um direito constitucional: o de ser chamada pelo nome com o qual se identifica, nome que designou para si mesma. Em sua narrativa, Júlia argumenta que sua luta é composta de alianças, construindo um legado para futuros/as estudantes.

[...] fui a pessoa que deu o start no nome social na UFMA, antes de retificar meu próprio nome, então eu acho importante pensar no coletivo antes de pensar em si. Eu gosto de ser uma pessoa que inspira, eu gosto de fazer as pessoas pensarem sobre os locais que elas se encontram... (Júlia, mulher trans, 2021).

Júlia aciona um sentido de identidade coletiva que se coloca como estratégia de mobilização política em torno da luta por direitos fundamentais. Para solicitar que fosse implantada uma resolução na UFMA, Júlia ainda não contava com nenhuma lei ou decretos federais que tratassem especificamente do uso do nome social, tendo que acionar, por exemplo, a Constituição de 1988, em seus artigos 205, 206 e 207, que garantem autonomia universitária, educação como direito de todos/as e em igualdade de condições de acesso e permanência. Seu argumento inicial seria o de que, se não pudesse ser chamada por seu nome social, não estaria em igualdade de condições de acesso e de permanência na universidade, como os/as outros/as discentes. Em sua narrativa, Júlia nos conta ter acionado um advogado que se propôs ao trabalho junto com ela, de forma voluntária. Em um movimento exaustivo, ela formou uma comissão dentro da universidade envolvendo todos os cursos. Junto com o advogado, escreveu um esboço para a resolução que passou por pouquíssimas reformulações para se efetivar. Para construir o documento final, ela, o advogado e a comissão fizeram um estudo das resoluções que já existiam nas universidades federais brasileiras e da Constituição Federal:

A gente desenhou, porque, na verdade, a gente buscou algumas resoluções que já existiam em cinco ou seis universidades. E a gente foi adequando à nossa realidade. Na verdade, a UFMA nem ajudou a desenhar, ela só aceitou. Então a gente fez uma comissão na UFMA, ah, foi bem complicado. Eu tive que ir em todos os cursos da UFMA, fazer uma comissão, né? Então tinha gente da Enfermagem, gente da Medicina, gente que era da Engenharia, do Turismo e Hotelaria, do Social, das Ciências Humanas. Eu fui em todos os setores, a gente fez uma comissão enorme, enorme. E aí todos os professores foram conversar. E, dessa comissão, todo mundo aprovou, ninguém foi contra. Mas, assim, não foi alterado nada, do jeito que a gente desenhou, a UFMA só autorizou, digamos assim. Aí, quando foi em 15 de setembro de 2015, saiu, né? Eu tenho uma coisa assim com o mês de setembro, não sei o que é, tudo que é importante para mim sai em setembro, até meu nome saiu em setembro (Júlia, mulher trans\*, 2021).

É importante ressaltar que, conquanto a iniciativa não tenha partido da universidade, a instituição também não se opôs ou criou entraves ao movimento de Júlia, o que nos faz questionar se essa também não seria uma forma de violência transfóbica: a omissão e o silêncio diante da necessidade de garantir um direito fundamental. A (r)existência de Júlia na

universidade, sua movimentação em torno da regulamentação do uso do nome social, produz visibilidade, porém, por vias de microalianças e do seu protagonismo em torno de algo que deveria ser uma luta coletiva. Ao debater e instituir políticas de acesso e de permanência na universidade, o devido acolhimento às pessoas trans\* é considerado?

A Resolução nº 242 foi aprovada *ad referendum* pelo Conselho Superior da UFMA em 10 de setembro de 2015. A elaboração do documento que deu origem à resolução contava com o disposto nos artigos da Constituição Federal citados anteriormente, além de outros dispositivos legais e regulamentações nacionais e internacionais, como a Lei nº 9.394/1996 (LDB), a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Declaração da Conferência Mundial contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância estabelecida em Durban, em 2001. Também foi acionada a Portaria nº 162/2011, do Ministério da Educação, que trata do uso do nome social no âmbito daquele Ministério, com a diretiva de sua regulamentação pelas autarquias vinculadas à pasta dentro da esfera de sua competência, na Portaria nº 233/2010 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, assegurando aos/às servidores/as no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional o uso do nome social por travestis e transexuais. Além dela, considerou-se ainda a Resolução nº 12/2015 do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais.

O percurso mobilizado por Júlia parece estar em consonância com a discussão de Butler (2019) sobre as manifestações de massa como forma de repúdio coletivo à condição precária induzida social e economicamente, em nosso caso, vivenciada pelas pessoas trans\*, quando nem mesmo podem usufruir de um direito constitucional, que é o de serem chamadas pelo nome. Mais do que uma ação de repúdio, o movimento de constituir uma comissão dentro de um espaço público, o espaço da universidade, passa a se configurar como um exercício performativo, que diz do direito à visibilidade, de um propósito corporal pela íntegra de vidas mais visíveis. Assim, a formação da comissão a partir da iniciativa de Júlia demonstra o entendimento de que a situação vivenciada pelos sujeitos trans\* que não usufruem de uma lei que reconheça a legitimidade de seus nomes é uma situação compartilhada também com pessoas cisgênero, que é uma demanda social ou, pelo menos, o começo desse entendimento. Mesmo que não estejam falando ou ainda não possuam uma pauta de reivindicações, a demanda

por justiça é representada pelos sujeitos. Mesmo que em silêncio, o fato de estarem ali, reunidos, diz de persistir, de reivindicar uma condição de vida livre da precariedade, de resistir a uma vida invisível e de lutar por uma condição de vida que possa ser, de fato, vivida.

Há ainda um outro aspecto a ser pensado no movimento de constituição dessa comissão que, além de lutar por uma possibilidade de existência plena e digna, diz também de proferir a indignação com essa condição, de representar a sua existência em um espaço público, bem como de reivindicar reconhecimento, valorização e direito ao aparecimento, ao exercício de liberdade. A esse respeito, Butler (2019) faz uma distinção importante entre a liberdade de assembleia e a liberdade de expressão. O poder que as pessoas possuem ao se reunirem para reivindicar direitos constitui, ele mesmo, uma considerável prerrogativa política que diverge do direito de dizer o que se quer dizer em momentos em que as pessoas estejam reunidas. O ato de se reunir expressa um sentido que ultrapassa os limites do que é dito, sendo um ato de “representação corpórea concertada, uma forma plural de performatividade” (Butler, 2019, p. 14).

Desse modo, ao dizer de sua condição e declarar sua invisibilidade, a partir da ausência do direito de ser chamada pelo seu nome, Júlia expressa e implica suas condições corpóreas de vida. Quando convoca outras pessoas e se reúne com elas para a reivindicação do direito de existir, ela parece costurar um processo performativo que se materializa através das formas de ação coordenada que objetivam a reconstituição de formas plurais de atuação e de práticas sociais de resistência (Butler, 2019).

Julia parece ainda cruzar a fronteira da resistência com o enfrentamento. Ela resiste e enfrenta a cisnormatividade. Ela luta, denuncia, marca sua existência, exige ser reconhecida. A costura entre as práticas sociais de resistência e de enfrentamento vai resultar na elaboração da resolução, o que diz também de um legado. Odara (2020) problematiza o processo de violência que é instaurado sobre a trajetória das pessoas trans\* através de uma perspectiva histórica e social, enviesado pelas estruturas dos mecanismos de poder e normatização. O processo de violência simbólica representado pela impossibilidade de ser reconhecida através do seu nome, vivenciado também por Catarina, no ano de 2014, um ano antes de a resolução da UFMA entrar em vigor, aloca as duas estudantes nas trincheiras da luta para a validação de seus corpos e de suas existências.

Na tentativa de ser reconhecida e legitimada, Catarina, quando soube que Júlia estava militando pela regulamentação, decidiu procurá-la, estabelecendo uma microaliança de proteção e fortalecimento contra as mazelas sociais que a fizeram experimentar a violência de não ser reconhecida. Como Odara (2020), Júlia parece utilizar-se de um repertório político capaz de fazê-la enfrentar e permanecer resistente diante da transfobia de não ter seu nome reconhecido na universidade. Além disso, ela abre espaço para que outras pessoas trans\* encontrem um caminho possível para suas existências e permanência na universidade.

Quando Júlia diz que foi a pessoa que deu o *start* no nome social na UFMA, antes mesmo de retificar seu nome, ela parece reconhecer a importância de caminhos traçados pelas ativistas para que ela tivesse chegado à universidade e, como uma missão herdada, ela também deixa seu legado para outras e outros que possivelmente virão. Ribeiro (2019) problematiza o fato de existirem poucas mulheres trans\* pretas ocupando os espaços de privilégio, como a universidade, dando ênfase ao papel das lutas para que essas mulheres possam escolher espaços sociais que de fato as representem. Quando Júlia declara que *“Se a gente está aqui hoje, é porque outras pessoas vieram antes de nós e fizeram muito”*, ela valoriza as ativistas trans\* e considera que elas lutaram para que o acesso à universidade se tornasse um caminho possível e, quando Júlia entra, ela faz o mesmo movimento: *“A gente está tentando ampliar, para as pessoas que vierem no futuro”*. Júlia lutou por uma resolução e abriu espaço para que Catarina pudesse encontrar um percurso que, em um futuro próximo, garantisse a legitimidade da sua identidade de gênero.

O nome de uma pessoa pode representar papéis sociais, subjetivos, profissionais, afetivos, sexuais, familiares. O nome é parte de performances do cotidiano, espelha narrativas e discursos a partir do sujeito, ele é anterior ao corpo, ao gênero e à sexualidade. Preciado (2014) diz que toda pessoa trans\* já teve ou tem, no mínimo, dois nomes, o que lhe foi atribuído ao nascer, normalizado pela cultura dominante, e o nome com o qual se reconhece e assina, em seus processos de subjetivação dissidentes. Segundo o autor, o nome social não indica o pertencimento a outro gênero, mas representa um processo de identificação, representa a construção de uma ficção viva que resiste à norma. Ainda segundo Preciado (2014), a ação de nomear e identificar uma pessoa a partir de um nome representa práticas discursivas que trabalham com duas possibilidades: a de visibilidade política de identidades e corpos e a de

silenciamentos. O nome social é mais que um mecanismo de identificação, ele é parte de um processo político que opera modos de resistência à cis-heteronormatividade.

Protagonizar a efetivação da resolução do nome social tem uma representação importante na trajetória de Júlia. No dia em que a resolução passaria pela votação no conselho superior da universidade, a pró-reitora a convidou para participar do processo. Tomada pela emoção, ela narra:

Eu não tinha preparado nada, me convidaram para falar e eu estava tão nervosa que eu não sei o que falei, amiga. Eu só sei que terminei com a frase “nós não somos monstros”, né? E daí, foi partir para a votação e a votação foi unânime, ninguém se opôs. Isso eu achei bárbaro, ninguém se opôs (Júlia, mulher trans, 2021).

“*Ninguém se opôs*”. Novamente, como na seção anterior, acionamos o sentido de “surpresa” provocado por situações em que, comumente, o desfecho seria outro. A oposição era uma possibilidade. Os últimos anos vêm nos mostrando os horrores da perseguição fundamentalista e conservadora à conquista e à manutenção de direitos e políticas públicas voltadas a grupos subalternizados, por meio da qual sujeitos e grupos sociais, políticos e religiosos reagem para cercear o debate, para impedir que esses direitos sejam efetivados, acionando enunciados que produzem medo e pânico moral. Essa reação conservadora opera sistematicamente na desumanização de pessoas trans\*, impedindo o exercício da cidadania, atuando na precarização de suas vidas, instaurando uma política de morte. A conquista da resolução do nome social na UFMA é, desse modo, parte de movimentos de resistência que vão se constituir como legado para outras/os estudantes que virão. Júlia, por meio de sua militância, abriu caminho para o acolhimento de subjetividades que questionam e tentam romper com o sistema normativo: “*Nós não somos monstros*”. Assim, ela torna possível pensar o nome social como forma de desestabilizar fronteiras do gênero e as dinâmicas da ordem cis-heteronormativa.

Na narrativa de outra estudante, Maitê, encontramos os efeitos dessa mobilização política de Júlia na universidade, os efeitos desse legado:

Quando eu cheguei, essa questão do nome social já estava, assim, bem consolidada. Nossa, foi muito libertador! Sabe o que é você conseguir entregar o seu trabalho com nome e sobrenome



sem nenhum constrangimento, deixar a carta no estágio, deixar a carteirinha de transporte com o nome social, então, foi muito bom. Ver os professores me tratando, falando, todo o documento de declaração, documentos para eu me formar, foi muito importante, os documentos da universidade, né? (Maitê, mulher trans\*, 2021).

Entregar um trabalho com nome e sobrenome, a carta de estágio, a carteirinha de transporte e outros documentos, ser chamada pelo nome com o qual se reconhece no cotidiano das interações na universidade: para pessoas cis essas são, provavelmente, ações corriqueiras, que não geram constrangimentos ou a necessidade de enfrentamentos. Mas, para Maitê e outras estudantes trans\*, isso é “*muito libertador*”. A possibilidade da liberdade, como nos convoca a pensar Foucault (2015), dá-se a partir do exercício das relações de poder que, mesmo assimétricas, possibilitam a resistência, como componente estratégico próprio dessas relações. Quando não há possibilidade de resistência, não há relações de poder, e sim dominação, violência.

Portanto, pode ser considerado “*libertador*” o ato de usufruir dos direitos fundamentais e do acolhimento necessários ao bem-estar na universidade, pois isso representa a possibilidade de participar dos jogos de saber-poder a partir do legado de lutas sempre em atividade, de negociações exigidas pelo convívio social, pelo dissenso, considerando, no entanto, que essas vivências não se desdobrem em desigualdades e violências.

### Considerações finais

Que universidade queremos? No percurso de nossas análises, buscamos apresentar trechos de narrativas de estudantes trans\* que nos auxiliam a responder essa pergunta. Minimamente, entendemos que a universidade reivindicada por essas pessoas é aquela que as acolhe e as respeita, mas também é uma universidade que se movimenta, que é propositiva, que toma para si o sentido político de educação como potencialidade para transformação social. Aliamo-nos, portanto, às participantes da pesquisa, no sentido de acompanhar e apoiar as lutas necessárias para que nos aproximemos dessa universidade, mais do que isso, para que as vivências universitárias de pessoas trans\* e de outros sujeitos posicionados à margem da dignidade e da garantia de suas existências não sejam marcadas por violências, discriminações

e, possivelmente, pela expulsão, ao produzir impossibilidades de identificação, representatividade e autorreconhecimento.

Voltamos à entrevista com Júlia para pensar essa universidade:

O lema da universidade não está valendo para mim, como que ela é uma universidade que cresce com inovação e inclusão social se ela não está me enxergando? Eu tive que pedir ao professor, todo o período, para que me chamasse de Júlia. Eu não precisaria pedir isso se o lema da universidade valesse, né? Então, por que eu tenho que fazer isso? Por que eu sou tratada diferente dos outros? (Júlia, mulher trans\*, 2021).

Aprendemos com Júlia que uma universidade que “cresce” com “inovação” e “inclusão social” é aquela que considera como importantes as especificidades de todas as pessoas que a integram. A reivindicação é a de que esse “lema” se efetive no cotidiano das relações na instituição, tornando intoleráveis as situações que precarizam as vidas de pessoas trans\*, que as sujeitam a constrangimentos e exclusões. Trata-se de uma aposta em um projeto educativo no qual a universidade é comprometida politicamente com a invenção de outras possibilidades, de outras leituras do mundo, de constituição de si mediante relações não violentas.

## Referências

- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2018). *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2019). *Corpos em aliança e a política das ruas. Notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Foucault, M. (2015). *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. São Paulo: Paz e Terra.
- Foucault, M. (2010). *O sujeito e o poder*. In: Rabinow, P., & Dreyfus, H. Michel Foucault uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica (pp. 231-249). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Jovchelovitch, S., & Bauer, M. (2002). *Entrevista narrativa*. In: Bauer, M., & Gaskell, G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático (pp. 90-113). Petrópolis: Vozes.
- Larrosa, J. (2014). *Tremores: escritos sobre experiência*. Belo Horizonte: Autêntica.

- Meyer, D. E., & Paraíso, M. A. (2014). *Metodologias de pesquisas pós-críticas ou sobre como fazemos nossas investigações*. In: Meyer, D. E., & Paraíso, M. A. (Eds.). *Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação* (pp. 17-24). Belo Horizonte: Mazza Edições.
- Nascimento, L. (2021). *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra.
- Odara, T. (2020). *Pedagogia da desobediência: travestilizando a educação*. Salvador, Devires.
- Oliveira, A. G. (2020). “*A educação é uma catapulta para a liberdade*”: *acesso e permanência de homens trans em instituições de ensino superior* (Tese de doutorado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- Podestà, L. L. (2019). Ensaio sobre o conceito de transfobia. *Periodicus*, 1(11), p. 363-380. <https://doi.org/10.9771/peri.v1i11.27873>.
- Preciado, P. (2014). *Desprivatizar o nome próprio, desfazer a ficção individualista*. Portal Fórum. Recuperado de: <https://revistaforum.com.br/movimentos/2014/6/23/beatriz-preciado-desprivatizar-nome-proprio-desfazer-fico-individualista-9640.html>.
- Ribeiro, D. (2019). *Lugar de Fala*. São Paulo: Pólen.
- Rosa, K. S. S. P. (2020). *Políticas Públicas para a inserção e permanência de travestis e transexuais no ensino superior: um estudo de caso da Universidade Federal da Integração Latino-Americana* (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Santos, A. L. (2017). *Formação das pessoas transexuais na Universidade Federal de Sergipe: enfrentamento e resistência das normas de gênero no espaço acadêmico* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Sergipe, Pernambuco.
- Silva, C. C. L. (2023). *Vivências de estudantes trans\* na Universidade Federal do Maranhão* (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.
- Vergueiro, V. (2016). *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal da Bahia, Salvador.

Recebido: 20/12/2024

Aceito: 11/02/2025

Publicado: 20/06/2025

NOTA:

Os autores foram responsáveis por concepção do artigo, análise, interpretação dos dados, redação e revisão crítica do conteúdo do manuscrito e, ainda, pela aprovação da versão final publicada.